

# O desafio de reconstruir o Brasil

Em entrevista especial ao *JE*, o presidente do BNDES, Carlos Lessa, aponta os novos caminhos que o BNDES irá trilhar no Governo Lula.

Especial 8 a 12

**Theotônio  
dos Santos**

Página 3

**Longo prazo  
para a dívida**

Página 5

**Os empréstimos  
da prefeitura**

Página 15



## EDITORIAL

**BNDES é interesse nacional**

A presente edição do Jornal dos Economistas oferece aos seus leitores, julgamos, um bom painel de posicionamentos, discussões e reflexões importantes para a compreensão do intrincado momento conjuntural que atravessamos.

Nas páginas centrais do *JE*, a entrevista com Carlos Lessa, presidente do BNDES. À frente do maior banco de desenvolvimento da América Latina, alavanca essencial para uma política de crescimento sustentado no país, o principal desafio de sua gestão será o de fazer o banco reencontrar seu papel histórico.

Trata-se de fortalecer o BNDES enquanto articulador institucional, mobilizador de recursos e impulsionador de uma efetiva política de desenvolvimento, conforme o sonho e o trabalho de tantos brasileiros, que ao longo dos 90 o viram afastar-se desses propósitos, transformado que foi em banco de investimentos, com seu discutível papel no chamado Programa Nacional de Desestatização. A forma como realizar essa transição é o enfoque dessa entrevista.

A leitura do artigo do professor

Teotônio dos Santos, apontando para a crise internacional produzida pelos desarranjos do capital financeiro ao redor do mundo, chama atenção para a particularidade desse momento e a oportunidade histórica que temos à frente, com o Governo Lula, de uma mudança radical na condução da política macroeconômica, que nos afaste em definitivo do modelo neoliberal que tantas seqüelas nos deixa.

Já no texto de José Luís Oreiro e Luiz Fernando de Paula o foco se volta para o panorama interno. A partir de simulações sobre a trajetória do endividamento público, os autores discutem alternativas para a redução desse endividamento, respeitando contratos e a meta de estabilização de preços, mas sem exigir um superávit primário tão elevado quanto o atual.

Esse foco interno é aprofundado na análise da equipe do Fórum de Orçamento, questionando tanto a forma como a finalidade dos empréstimos concedidos pela prefeitura do Rio ao governo do Estado: revelam a ação de um verdadeiro *administrador de carteira*.

Uma boa leitura. ■

**Sumário**

- Página 2** Editorial
- Página 3** A hora da mudança radical – Theotônio dos Santos
- Página 5** Sustentabilidade da dívida: uma proposta de longo prazo – José Luis Oreiro e Luiz Fernando de Paula
- Página 7** Para domar o capitalismo – Carlos Augusto Vidotto
- Página 8** Entrevista: Carlos Lessa, presidente do BNDES
- Página 14** A guerra do Iraque – Carlos Henrique Company Nicolau
- Página 15** Fórum Popular de Orçamento: Os empréstimos da prefeitura do Rio
- Página 16** Boletim de Economia é relançado no Corecon Clube de Economia Comunicado do IERJ

Jornal dos  
**economistas**

Órgão Oficial do  
**CORECON - RJ, IERJ E SINDECOS - RJ**  
ISSN 1519-7387

**Conselho Editorial:** Ceci Juruá, Paulo Passarinho, Paulo Mibielli, Sidney Pascotto, Nelson Le Cocq, Gilberto Caputo Santos, Gilberto Alcântara e Julio Miragaya • **Editor:** Nilo Sérgio Gomes - E-mail: nilosgomes@bol.com.br • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Diagramação e Finalização:** Rossana Henriques (21) 2462-4885 • **Fotolito e Impressão:** Tipológica • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal

Correio eletrônico: apoio@corecon-rj.org.br

*As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.*

**CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ**

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar  
Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900  
Telefax: (21)2232-8178 ramal 22

Correio eletrônico: secrinst@corecon-rj.org.br  
internet: http://www.corecon-rj.org.br

**Presidente:** Sidney Pascotto • **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros Efetivos:** Ângela Maria Puppim Buzanovsky, Ceci Juruá, Francisco Bernardo Karam, Helena Maria Lastres, Hildete Pereira de Melo, Ronaldo Rangel, Nelson Le Cocq • **Conselheiros Suplentes:** Arthur Câmara Cardozo, Eduardo Carnos Scaletsky, Gilberto Caputo Santos, Jose Antonio Lutterbach Soares, Julio Diniz, Julio Flavio Miragaya, Luiz Mario Behnken, Mario Luiz Freitas, Mauro Osorio, Sandra Maria Carvalho de Souza.

**SINDECOS - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ**

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609  
Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000  
Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192  
Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

**Coodenador Geral:** Paulo Passarinho • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Ronaldo Rangel, Ceci Juruá, Rogério da Silva Rocha, Rafael Vieira da Silva, Nelson Le Cocq, Antônio Melki Jr e Eduardo Carnos Scaletsky • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Diretores de Relações Sindicais:** Julio Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Sandra Maria de Souza, Carlos Tibiriçá Miranda, José Fausto Ferreira, César Homero Lopes, Neuza Salles Carneiro e regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação e Finanças:** Wellington Leonardo da Silva e José Jannotti Viegas • **Conselho Fiscal:** Ademir Figueiredo, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

NOVA CONJUNTURA Theotônio dos Santos\*



**A** ciência econômica começa a enfrentar novos problemas para os quais não está bem preparada. Nos anos de crescimento econômico do pós-guerra, enfrentou-se sobretudo a questão do pleno emprego, da poupança e do investimento para garantir o crescimento econômico.

Nos anos 70, a crise do aparato institucional gerado no final da guerra, o qual permitiu montar um sistema econômico e comercial mundial relativamente estável, deu origem a um desequilíbrio cambial, financeiro e econômico muito sério, que combinou recessão com inflação e quebrou a confiança no modelo teórico dominante.

Este foi o período de substituição do keynesianismo triunfante do pós-guerra pelo monetarismo de Friedmann e pelos postulados do neoliberalismo apoiado nos modelos microeconômicos dos novos clássicos.

Na realidade, durante este período estabeleceu-se um desequilíbrio colossal nas contas mundiais. O surgimento dos petrodólares foi a consequência imediata do abandono da convertibilidade do dólar estabelecida em Bretton Woods. Duros golpes na estabilidade financeira mundial se completaram com a reciclagem dos petrodólares orientada fundamentalmente para o endividamento generalizado dos novos países industriais (NICs).

Este desequilíbrio se agravou ainda mais na década de 80, com o *boom* das dívidas fiscal e comercial norte-americanas, que foram “equilibradas” pelo aumento espetacular da taxa de juros nos EUA para atrair capitais externos na compra de títulos da dívida norte-americana.

#### Crise definitiva ou nova crise?

Com a crise de outubro de 1987, inicia-se a “correção” destes desequilíbrios colossais, ironicamente instaurados na economia mundial a partir de uma filosofia econômica baseada na idéia de “equilíbrio geral”. A existência desta contradição foi suscitada por mim já na década de 80, mas a ciência econômica não assumiu plenamente esta problemática.

A correção foi iniciada com a desvalorização maciça do dólar e com a queda brutal da taxa de juros, iniciada em outubro de 1987 e

# A hora da mudança radical

A crise generalizada do capital financeiro internacional favorece movimentos de mudança radical da política econômica do neoliberalismo



consolidada no princípio de 1990. Na década de 90, a emergência da nova fase de crescimento sem inflação e com alta produtividade, inaugurada no governo Clinton, deu origem a um conjunto de crises financeiras extremamente graves. Na presente conjuntura, se originaram novos fenômenos de difícil compreensão.

Em primeiro lugar, a crise de 2000-2002 provocou interpretações descontraídas sobre a economia mundial. Para alguns, trata-se

de uma crise definitiva do capitalismo mundial; para outros, trata-se de uma nova crise do tipo Crise de 1929; ao nosso ver, trata-se de uma crise própria dos ciclos decenais, que se inscreve entretanto em um ciclo mais longo de recuperação da economia mundial. Por isto, trata-se de uma crise curta e de pequena profundidade.

Todavia, chamamos a atenção para o papel contraproducente do pensamento econômico conservador que aprofundou os efei-



tos da crise devido à intervenção desastrosa do Federal Reserve Board (Fed), do senhor Greenspan, que elevou arbitrariamente a taxa de juros de 3,5% para 6,5%, em 2000, acentuando o movimento recessivo e pondo em risco a recuperação da economia mundial.

Felizmente, em 2002, o Fed atuou rápido, baixando dramaticamente a taxa de juros, quando ficou claro o caminho da recessão. Durante este ano, a taxa de juros foi reduzida para 1,25% em uma ação audaciosa, mas acertada, apesar de ainda insatisfatória. Acredito que a taxa de juros deve ser rebaixada até chegar a 0,75%, para garantir uma recuperação mais duradoura.

É necessário assinalar também o papel perverso dos bancos centrais europeus que recentemente se integraram e mantiveram altíssimas taxas de juros, apesar da pressão de setores da social-democracia e dos socialistas. O caso mais grave foi o de Oskar Lafontaine, ministro da Economia de Schröder, que se demitiu ao ser derrotado no embate que travou contra o presidente do Banco Central alemão, que se negou a baixar as taxas de juros segundo as exigências do ministro.

Em 2002, os bancos europeus atenderam às súplicas do Fed americano e rebaixaram suas taxas de juros para 3,75%, movimento todavia insuficiente, mas indicativo de um maior realismo econômico e de uma aceitação parcial da necessidade de favorecer a retomada do crescimento econômico.

É necessário assinalar também a atuação desastrosa dos governos japoneses que gastaram mais de US\$ 600 bilhões para manter o sistema financeiro japonês superdimensionado, nos anos 80, devido aos excedentes das exportações japonesas para os EUA, os quais desapareceram com a desvalorização do dólar, a conseqüente valorização do iene e a queda do superávit comercial deste país com os EUA, a partir de os anos 90.

Este conjunto de políticas conservadoras favoráveis aos interesses imediatos do capital financeiro internacional aumentou dramaticamente os efeitos negativos da crise decenal de 2000-2002. A situação se tornou, contudo, mais complicada com a vitória das forças conservadoras nos EUA e Europa, no contexto de uma conjuntura recessiva generalizada.

George W. Bush, aconselhado por conservadores ultra-reacionários, interveio de maneira brutal na crise. Em primeiro lugar, retomou os gastos públicos no setor militar e de segurança nacional, provocando um déficit público colossal em um só ano de

governo. Esta foi uma razão a mais para justificar a baixa da taxa de juros quando a conjuntura recessiva se definiu claramente.

### Desvalorização dos ativos

É necessário assinalar que esta política debilitou dramaticamente a confiança nos títulos da dívida do governo e do setor privado norte-americanos. De fato, em 1999, os títulos em *default* começaram a aumentar, chegando a pouco mais de US\$ 200 bilhões. Em 2000, eles foram ampliados para mais de US\$ 600 bilhões, em valor nominal, tendo um valor de mercado de somente US\$ 400 bilhões. Em 2001 os títulos públicos e privados em *default* aumentaram um pouco mais o seu valor nominal, sendo cotados pelos mesmos US\$ 400 bilhões, em valor de mercado. Em setembro de 2002, os títulos em *default* chegaram a cerca de US\$ 900 bilhões, tendo um valor de mercado de cerca de US\$ 450 bilhões.

É, portanto, muito evidente a desvalorização dos ativos mundiais que se originou nos EUA. Isto é evidente também com a desvalorização do dólar, sobretudo, frente ao euro, que tende a firmar-se cada vez mais como uma moeda de reserva internacional.

É evidente também a queda dos investimentos externos diretos realizados nos EUA, quando se configurou a recessão que ainda não foi superada totalmente. Eles haviam substituído os investimentos em *portfólio* quando começou a desconfiança nos títulos públicos norte-americanos.

O mesmo se passou com as chamadas economias emergentes. De 1996 a 2001, os investimentos em *portfólio* declinaram de US\$ 80 bilhões para US\$ 10 bilhões e os investimentos diretos, que aumentaram de US\$ 48 bilhões para US\$ 214 bilhões no mesmo período, estão caindo.

Em um momento como este, os países em desenvolvimento poderiam funcionar como um atrativo para os investimentos que se encontram em queda nos países centrais, investimentos estes ameaçados por uma baixa de lucratividade gigantesca. Não há dúvida que seria de enorme interesse para o capital financeiro e, sobretudo, corporativo internacional, uma retomada do crescimento econômico nesses países.

Entretanto, este caminho encontra-se bloqueado em função das políticas recessivas do Fundo Monetário Internacional. É claro que a teoria econômica conservadora se transformou em um "traste" para o sistema econômico mundial. É hora de abandoná-la,

rapidamente. Somente a nova geração de economistas do Terceiro Mundo que recém-aprenderam a dominar as categorias econômicas neoliberais ainda crê nestas sandices.

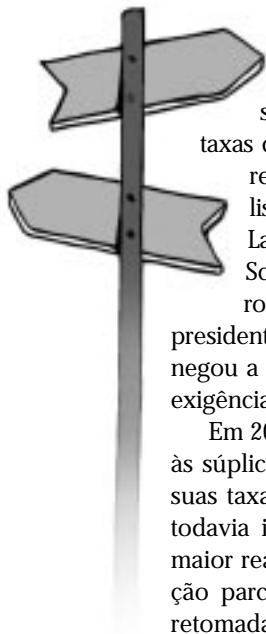
Veja o caso da Argentina, onde seu ministro da economia resolveu desafiar os técnicos do FMI, a quem o Prêmio Nobel de 2001, Joseph Stiglitz, chama de "economistas de terceira categoria". Ele declarou, há dois meses, que as diferenças entre os economistas argentinos e o FMI não eram técnicas, mas políticas, o que mereceu uma irada resposta dos técnicos do FMI, segundo os quais se tratavam claramente de diferenças técnicas. Em seguida, reúne-se o conselho do FMI e determina que se faça um acordo com o governo argentino. Uma vez mais os desmoralizados técnicos do FMI têm de reconhecer a correção da proposta argentina e negociar sua operacionalização.

Como se vê, as farças caem por terra. Todos sabemos que se tratam de questões políticas, de defesa de interesses econômicos em discussão, e não de teorias econômicas que não poderiam sentir-se representadas na selva das "recomendações" dos técnicos internacionais.

No Brasil, a oposição acabou de derrotar radicalmente a política econômica neoliberal. Todavia os neoliberais através de seus representantes políticos, jornalistas e "técnicos" insistem em obrigar o governo Lula a manter suas políticas desastrosas. E não faltam vozes a seu favor entre os economistas do governo. Mas os dados são muito claros a favor de uma mudança radical da política. Não é possível que estas orientações continuem quando há uma crise generalizada do capital financeiro internacional.

\* Professor titular da UFF e coordenador da Cátedra e Rede UNESCO – Universidade das Nações Unidas sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável. Seu livro mais recente é "Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas", da Editora Civilização Brasileira.

Artigo publicado originalmente em castelhano pela agência Alai-Amlatina, traduzido pela economista Gisele Rodrigues, colaboradora do JE, e revisto pelo autor.



DÍVIDA PÚBLICA José Luís Oreiro\* e Luiz Fernando de Paula\*\*



# Sustentabilidade da dívida: uma proposta de longo prazo

As escolhas de política econômica se dão em termos de *trade offs*, o que significa que tais escolhas requerem uma avaliação dos custos e benefícios macroeconômicos de determinadas opções de política. Infelizmente, essa avaliação, por melhor que seja feita, nunca será precisa. Em realidade, seus efeitos só poderão ser avaliados com precisão após a implementação das mesmas.

Com efeito, a estratégia que vem sendo adotada pelo governo brasileiro – de manutenção do sistema de metas de inflação e de um regime de flutuação cambial com abertura da conta de capitais – não é isenta de custos e riscos.

A vulnerabilidade externa da economia brasileira – expressa por um elevado endividamento externo de curto-prazo, o qual tem como contra partida um elevado nível da necessidade de financiamento externo do balanço de pagamentos, cuja estimativa para 2003 é superior a US\$ 30 bilhões ou 5% do PIB – nos coloca refém dos humores do mercado financeiro internacional, como vários movimentos especulativos recentes mostraram. Nada assegura que, no futuro próximo, o Brasil não venha a passar por novos surtos especulativos, em decorrência de mudanças no cenário internacional.

E a manutenção de uma elevada taxa real de juros limita o crescimento da economia e do emprego no País, além de impor elevados custos financeiros para o governo. De fato, a economia brasileira há muito vem crescendo a uma taxa média abaixo da taxa potencial de crescimento do País, estimada em 4,5% ao ano. Acrescente-se que a manutenção continuada de superávits fiscais primários em patamares elevados poderá acabar por inviabilizar a manutenção e implementação de necessários programas de investimentos em infra-estrutura econômica e de gastos sociais, comprometendo a agenda de mudanças prometidas pelo novo governo.

Este artigo se propõe a apresentar uma alternativa possível de política econômica a médio-longo prazo para o Brasil. Trata-se de uma estratégia de mudança gradualista, ou seja, supondo que seja ultrapassado o período atual de instabilidade econômica, o qual parece requerer inicialmente algum grau de conservadorismo na política econômica. Uma estratégia de crescimento com estabilidade

para a economia brasileira, que vise estabelecer uma alternativa que permita crescimento econômico sustentável deve procurar compatibilizar equilíbrio interno com equilíbrio externo, de modo a superar o comportamento *stop-and-go* e a tendência à semi-estagnação que tem caracterizado a economia brasileira nos últimos anos.

Por equilíbrio interno, entende-se a manutenção da inflação sob controle, bem como o estabelecimento de condições para um gerenciamento sustentável da dívida pública, entendido como fundamental para a manutenção da estabilidade da taxa de inflação no longo-prazo. Por equilíbrio externo, entende-se a manutenção de déficits em conta corrente em níveis relativamente baixos (inferior a 2,0 % do PIB) e financiados predominantemente com capitais de longo-prazo.

A redução do déficit em conta corrente requer um superávit significativo na balança comercial, possivelmente na faixa de US\$ 10 bilhões a US\$ 15 bilhões por ano, o que só é possível, a curto e médio-prazo, por intermédio da manutenção de uma taxa de câmbio subvalorizada, isto é, orientada sempre que possível para o ajustamento da conta corrente e para a diminuição da dependência dos capitais externos de curto-prazo.

## Foco na sustentabilidade de longo prazo da dívida

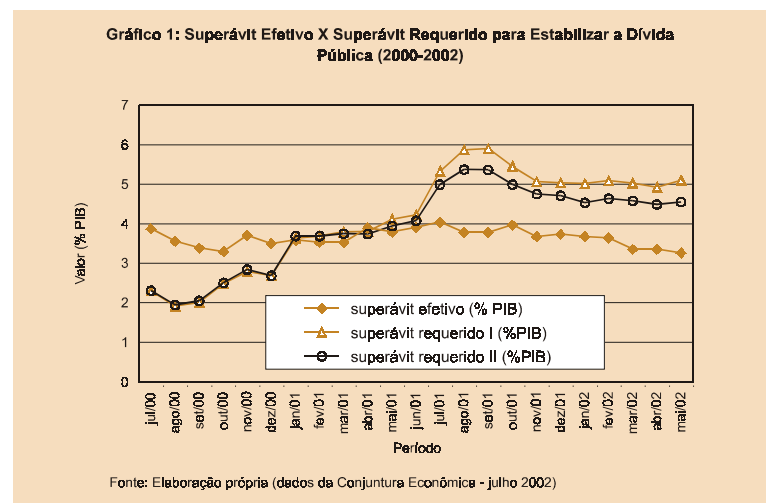
A dívida pública líquida como proporção do PIB, que vinha se mantendo estável até meados de 2001 (cerca de 50% do PIB), cresceu rapidamente, desde então, devido à elevação da taxa de juros real (para pata-

mares superiores a 12% a.a.) e à redução do crescimento do PIB real para 1,51%, em 2001.

Nossos cálculos sobre o superávit primário requerido para estabilizar a relação dívida/PIB – determinado pela fórmula  $s = [(r - g)/(1 + g)]/b$ , em que  $r$  é a taxa real de juros,  $g$  a taxa de crescimento do PIB real,  $b$  o superávit primário como proporção do PIB – resultam em que o mesmo seria de cerca de 5,0% do PIB (superávit requerido I).

Como o superávit efetivo no período 2000/2 – inferior a 4,0% do PIB – é menor do que o superávit requerido, a condição de sustentabilidade do endividamento público é violada e a relação dívida pública/PIB entra numa trajetória ascendente. Considerando que o crescimento da dívida pública ocorreu, em parte, em função do efeito da desvalorização cambial sobre a dívida, calculamos também o superávit requerido tomando como base a relação dívida pública/PIB, prevalente em julho de 2000 (superávit requerido II).

Como pode se observar no Gráfico 1, o superávit requerido assim calculado se comporta de forma similar ao anterior, deixando inalterada a conclusão acima.



Supondo um endividamento inicial de 61,9% do PIB – valor alcançado em julho de 2002 – e a estabilidade do câmbio real, a dívida pública terá uma trajetória ascendente, alcançando o patamar de 65,2% do PIB, em 2011 (Gráfico 2), tomando como base as premissas iniciais de uma simulação realizada pelo Banco Central, em 2002: taxa de inflação média de 3,5% a.a., taxa real de juros de 9,0% a.a., taxa de crescimento do PIB de 3,5% a.a., e superávit primário mantido em 3,75% do PIB (Cf. Goldfajn, I., “Há razões para duvidar que a dívida pública é sustentável?”).

sica da economia brasileira.

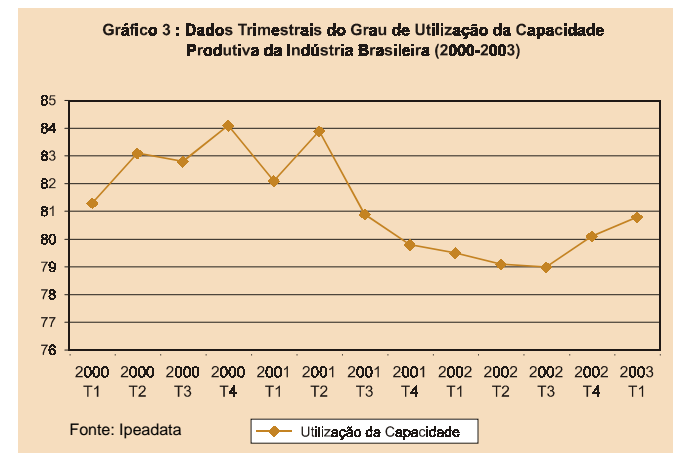
Uma segunda questão importante é saber se não existiriam estratégias alternativas de redução do endividamento público, que respeitando os contratos e a estabilidade de preços fossem capazes de reduzir a relação dívida/PIB, sem exigir um superávit primário tão grande. Essa estratégia alternativa seria gradualista, sendo implementada após a restauração de um quadro de certa normalidade nas condições macroeconômicas do país – retorno da inflação para um patamar inferior a 1% ao mês e das linhas de crédito externo para o financiamento das exportações, risco-Brasil abaixo dos mil pontos base, etc. Nesse contexto, o governo iria gradualmente reduzir a taxa nominal de juros a níveis compatíveis com o próprio risco-país (o que significa uma Selic em torno de 16% ao ano).

Essa estratégia alternativa de redução do endividamento público estaria baseada em quatro pilares: (i) redução do superávit primário para um patamar de 3% do PIB válido para os próximos 10 anos; (ii) adoção de um sistema de *crawling-peg* ativo, no qual o Banco Central fixa *ex ante* a taxa de desvalorização do câmbio, tendo em vista a estabilidade do câmbio e da taxa de inflação, a qual não deve superar uma “meta implícita” de 9,5% ao ano, até 2011; (iii) redução da taxa nominal de juros para um patamar compatível com a obtenção de uma taxa real de juros de 6% ao ano; (iv) adoção de controles de entrada e saída de capitais de curto-prazo, cujo objetivo é desvincular a taxa

doméstica de juros da “camisa de força” imposta pela paridade descoberta da taxa de juros.

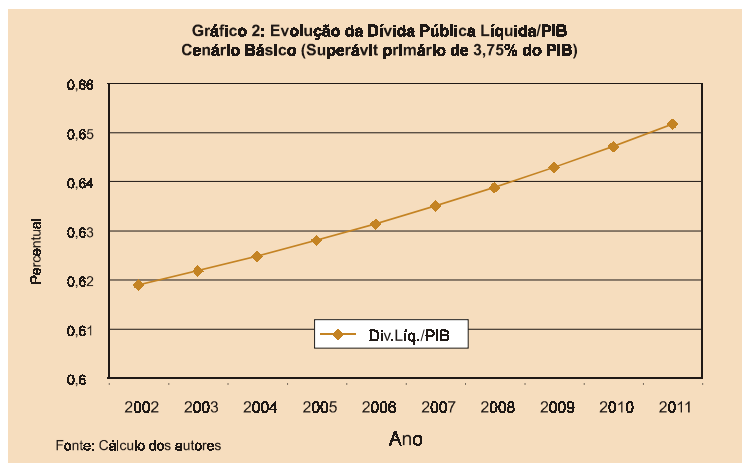
Os pilares (i) e (iii) têm como fundamento a idéia de que a economia brasileira está crescendo a um ritmo muito inferior ao potencial, devido à insuficiência de demanda agregada, a qual resulta de uma combinação entre política fiscal e monetária contracionistas. Essa insuficiência de demanda agregada se reflete num baixo grau de utilização da capacidade produtiva, inferior a 81%, tal como podemos visualizar na figura 3.

Isto posto, existem duas estratégias possíveis para reduzir o endividamento público. A primeira estratégia (intitulamos “Estratégia



I”), já vista, seria aumentar o superávit primário para 4,5% do PIB e manter a taxa real de juros num patamar de 9% ao ano, o que resultaria – numa estimativa otimista – em um crescimento de 3,5% do PIB, abaixo do potencial da economia brasileira. A segunda estratégia (intitulamos “Estratégia II”) se baseia no reconhecimento de que o produto efetivo está abaixo do potencial e que, portanto, é possível realizar uma grande redução da taxa nominal de juros, mantendo-se a inflação sob controle.

Nesta estratégia, o superávit primário é mantido, mas reduzido para um patamar de 3,0% do PIB. Tal como mostra o Gráfico 4, a dívida pública com respeito ao PIB se reduz no cenário básico de ambas as estratégias para um patamar próximo a 56%, até 2011. Contudo, a “Estratégia I” teria vantagem de ser compatível com o crescimento do PIB a uma taxa igual à potencial, e com o “afrouxamento” da restrição fiscal. ■



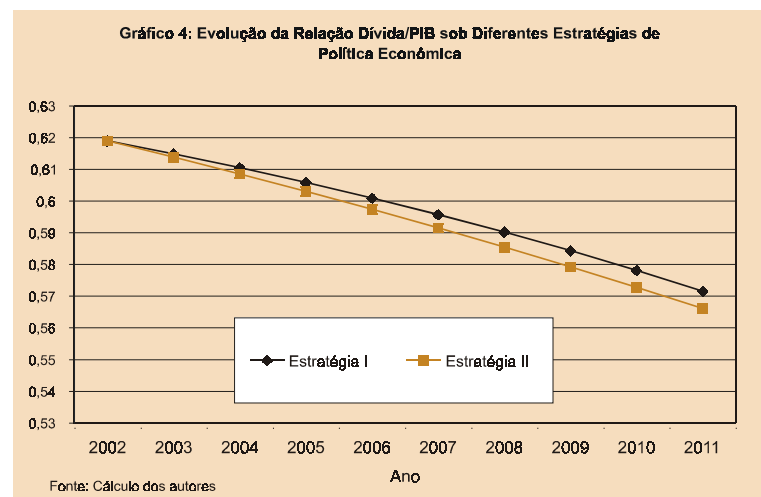
Nesse contexto, para se reduzir o endividamento do setor público seria necessário um superávit primário em todo o período de cerca de 4,5% do PIB. Com esse superávit, a dívida pública se reduziria para 56,6 % do PIB em 2011, de acordo com as nossas estimativas (ver Gráfico 3). Existem duas questões que são fundamentais para analisar a evolução futura do endividamento do setor público.

Em primeiro lugar, devemos perguntar se um superávit primário superior a 4% do PIB, por um período continuado, é politicamente sustentável. Ou seja, se a sociedade brasileira está ou não disposta a transferir para o setor público uma parcela tal da renda nacional que seja compatível com essa meta de superávit primário.

Acreditamos não ser politicamente viável – a médio e longo-prazo – a manutenção do superávit primário em um patamar superior a 3,0% do PIB.

### Uma alternativa gradualista alicerçada em quatro pilares

Com efeito, a carga tributária brasileira, situada em 35% do PIB, é bastante elevada quando comparada com a prevalecente em países que possuem um nível de renda per capita semelhante ao Brasil. Paralelamente, não há muito espaço para a redução do gasto público. Os servidores públicos federais estão sem reajuste de salário há quase oito anos; a disponibilidade de recursos do governo federal para o custeio de gastos de investimento para 2003 era inicialmente de apenas R\$ 7 bilhões; por fim, há patentes deficiências na infra-estrutura bá-



\* Professor de Economia da UFF e pesquisador do CNPq.

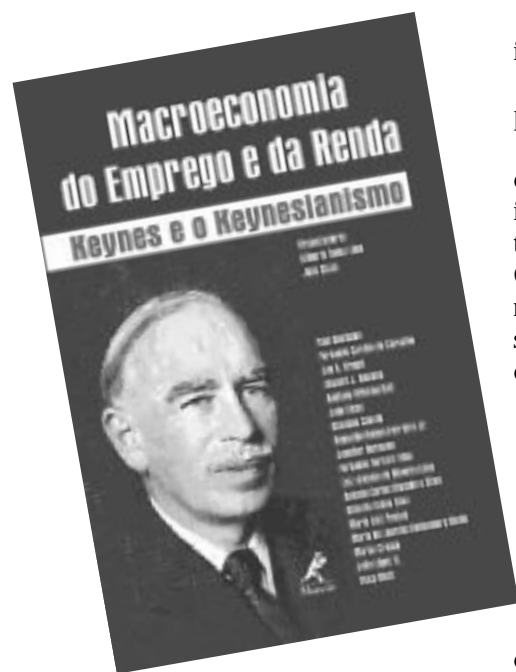
\*\* Professor de Economia da UERJ e pesquisador do CNPq. Co-autor do livro Economia Monetária e Financeira (Editora Campus).



RESENHA Carlos Augusto Vidotto\*

Está na praça o livro *Macroeconomia do Emprego e da Renda. Keynes e o keynesianismo*, 556 p., lançado pela Manole. A organização é de Gilberto Tadeu Lima, da FEA-USP, e de João Sicsú, do IE-UFRJ. Trata-se de um livro onde o pensamento do economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946) ocupa lugar central, com um detalhe: ao discutir sua contribuição teórica, os autores empreendem uma reflexão a partir de Keynes, movida primordialmente pela preocupação com o caráter instável inerente a uma economia monetária.

# Para domar o capitalismo



**K**eynes ocupa a posição de principal economista do século XX, particularmente se atentarmos para a influência que suas idéias exerceram sobre a política econômica e, desse ponto, sobre os rumos concretos do capitalismo do pós-II Guerra até os anos 70. Essa ascendência, por sua vez, exigiu a prévia construção de um corpo analítico revolucionário face à ortodoxia então

imperante, materializado, em 1936, na *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*.

Até a publicação dessa obra, a possibilidade teórica de insuficiência de demanda efetiva há muito não se colocava. Outras inovações – como a racionalidade própria às decisões tomadas sob incerteza e os efeitos reais e duradouros decorrentes da não neutralidade da moeda – constituíam verdadeiras aporias para a “velha forma de pensar”, indisposta a lidar com o tempo histórico.

Mas a tradução da nova teoria em gestão econômica pagou um preço exagerado. Desnaturou-se na síntese dos “velhos keynesianos”, que, com o instrumental anterior, aprisionaram os conceitos de Keynes na antiga moldura do equilíbrio geral. A partir dos anos 70, entretanto, até mesmo esse arremedo de Keynes foi secundarizado pela ascensão da corrente monetarista, sucedida pelos novos clássicos. Reeditavam-se, entrincheiradas em crescente sofisticação formal, as concepções pré-keyne-

sianas da “lei de Say”, exigência da poupança prévia e a dicotomia real-monetária.

## A força de Keynes

Paradoxalmente, a importância de Keynes renovou-se e ganhou vigor. Economistas autodenominados pós-keynesianos dedicaram-se a livrar Keynes da canga neoclássica, retomando o que sua obra tem de permanente e incorporando seus fundamentos para abordar com criatividade os desafios das economias contemporâneas. Agora que o fracasso dos programas monetarista e novo-clássico solapou a confiança nessas teorias, a força das idéias e propostas pós-keynesianas tem pela frente o desafio de viabilizarem-se politicamente.

O livro organizado por Sicsú e Tadeu Lima reúne um grupo de dezoito autores vivos que integram a vanguarda dessa trajetória, no Brasil e no exterior. E é na concepção estrutural, por certo, que reside seu êxito em promover uma compilação de artigos à condição de obra coesa: se não exaustiva e inconsútil, dotada de inegável amplitude temática e organicidade.

Mesmo o leitor sem formação específica em Economia encontrará na obra inúmeras entradas para exercer seu interesse crítico, a começar dos instigantes questionamentos à “profissão” lançados no prefácio de Bresser Pereira. Na Introdução, os organizadores ofe-

recem uma “aula inaugural” em que a evolução do pensamento econômico a partir de Keynes e o conteúdo de cada capítulo se esclarecem mutuamente.

A Parte I, *Keynes e os Pós-Keynesianos*, resgata a revolução keynesiana e discute o longo período e padrões na obra de Keynes, além de dialogar com os neo-ricardianos. Na Parte II, *Keynes e Novos-keynesianos*, dissecam-se o caráter keynesiano ou anti-keynesiano dos conceitos utilizados por essa corrente, que disputa a proeminência no *mainstream*. O dinheiro numa economia monetária e o significado do método do equilíbrio, na tensão com a síntese neoclássica integram a Parte III, *Keynes e os Velhos Keynesianos*. A Parte IV, *Marx, Schumpeter, Kalecki e Keynes*, aborda convergências e distanciamentos entre os quatro mais profícuos economistas, de uma ótica pós-keynesiana.

\* Professor de Teoria Monetária e Economia Brasileira do Depto. de Economia da UFF.

Além dos organizadores, participam como autores Amitava Krishna Dutt (Notre Dame, EUA); Antonio Carlos Macedo e Silva (Unicamp), Edward J. Amadeo; Fernando Cardim de Carvalho (UFRJ); Fernando Ferrari Filho (UFRS); Jan A. Kregel (John Hopkins, EUA); Jennifer Hermann (UFRJ), Julio Lopez G. (UNAM, México); Luiz Antonio de Oliveira Lima (FGV-SP); Marco Crocco (UFMG); Maria de Lourdes Rollemberg Mollo (UnB); Mario Luiz Possas (UFRJ); Otaviano Canuto (USP); Paul Davidson (Universidade do Tennessee, EUA); Reynaldo Rubem Ferreira Jr. (UFAL) e Tracy Mott (Universidade do Denver, EUA).

ENTREVISTA Carlos Lessa, presidente do BNDES

Pouco é dito, nas extensas análises de conjuntura econômica das consultorias e agências financeiras, do Brasil real, feito de portos, ferrovias, rodovias, da força de trabalho, de vastas extensões rurais de plantio, de capital investido numa ampla e diversificada gama de atividades e negócios.

Entrevistar o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Carlos Lessa, foi abstrair-se por alguns momentos dos tantos índices da macroeconomia e do mercado financeiro, com seus múltiplos derivativos (não se falou uma vez em IGP-DI ou C-Bond ou risco Brasil), e adentrar em um Brasil pleno de potencialidades econômicas e diante de inúmeros desafios e obstáculos. “Entendo que o BNDES tem uma missão espantosa”, anuncia o professor Lessa, apontando: “Uma tarefa que é de referência equivalente àquela que houve nos anos 50 (...). Uma tarefa que tem ao nível da história um significado equivalente. Ou seja, trata-se de produzir um novo modelo de desenvolvimento, em que haja inclusão social”.

Como produzir esse novo modelo é uma complexa combinação de políticas de fomento e de priorização na indústria e na exportação, por exemplos, objetivando metas como redução da vulnerabilidade externa e o desenvolvimento de produtos de conteúdos tecnológicos, de valor agregado e de valor social. Nesse sentido a entrevista com o presidente do BNDES é uma contribuição ao debate sobre este novo modelo. Tão rica, com quase 25 mil caracteres (com espaço!), que a publicamos, especialmente, em cinco páginas. Um brinde ao leitor.

# O novo momento histórico d

**Jornal dos Economistas** – *Como comparar o BNDE da época de sua constituição, no início dos anos 50, com o BNDES de hoje, 2003, Governo Lula?*

**Carlos Lessa** – Eu me sinto convocado para esta cadeira e aceitei o convite do presidente da República porque me foi dito que era para cuidar ou pelo menos pensar, estimular, apoiar o desenvolvimento econômico e social da nação brasileira. Ou seja, eu me senti convocado pelo BNDES, que é um instrumento da nação para o desenvolvimento econômico e social. Na verdade, operações típicas de banco de negócios, banco de investimento, são operações meritórias, mas que devem ser feitas pelo banco privado e não pelo banco público. Este banco é para construir o desenvolvimento. Todos aqueles que acham que o país já está desenvolvido ou que o desenvolvimento vem automaticamente pelo jogo das forças de mercado devem considerar o BNDES uma instituição insustentável. Acho – e penso que o povo brasileiro pensa o mesmo – que a vitória do presidente Lula é uma expressão muito clara do desejo de uma mudança, que implica crescimento e transformação na direção da inclusão social, da melhoria da repartição social da renda, na redução da vulnerabilidade externa do país. Entendo que o BNDES tem uma missão espantosa, digamos assim, em seu conteúdo nesse mandato e período. De certa maneira, a posição do Banco nos anos 50 – onde ele foi o grande instrumento para recuperar a infra-estrutura brasileira, converter a infra-estrutura de uma economia primário-exportadora numa infra-estrutura que desse suporte ao desenvolvimento industrial – foi a de banco de fomento da industrialização, que esteve por trás do complexo metal-mecânico, eletro-eletrônico, automobilístico, construção naval. Agora, a tarefa do BNDES se dá em um Brasil onde muitas destas coisas já existem, inclusive, são setores industriais maduros, já instalados. Mas é uma tarefa que tem ao nível da história um significado equivalente. Ou seja, trata-se de produzir um novo modelo de desenvolvimento em que haja inclusão social.

**JE** – *Aquele modelo, então, não promoveu a inclusão social?*

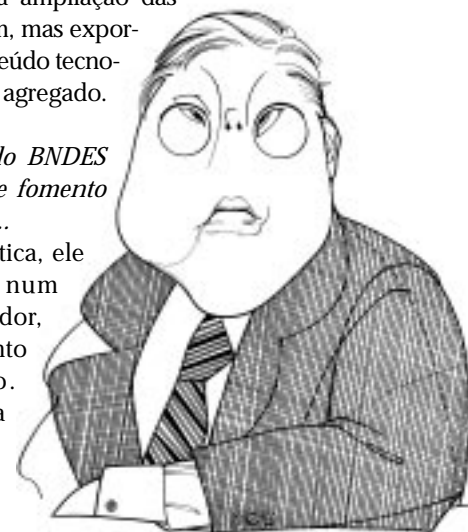
**Lessa** – Se o BNDES tivesse que fazer autocrítica em relação àqueles anos do passado, diria que o grande erro do banco foi um erro de todas as instituições brasileiras daquela época: admitir que a questão social seria resolvida como uma resultante do desenvolvimento das forças produtivas. E o que a história brasileira demonstrou à sociedade é que o desenvolvimento das forças produtivas é condição necessária, mas não suficiente para a inclusão social. O que a eleição mostrou é que o povo brasileiro quer a inclusão social, mas também quer a retomada do desenvolvimento. Então, o BNDES aparece de novo como uma instituição extremamente importante num Brasil que já é muito diferente, hoje. Mas, digamos assim, ele está numa tarefa que é de referência equivalente àquela que houve nos anos 50.

**JE** – *E qual é esta tarefa?*

**Lessa** – Em primeiro lugar, posso dizer com muita clareza o que não queremos mais fazer. Não queremos mais que o Banco fique olhando basicamente questões ligadas a fusões, reestruturação de passivos, remanejamentos patrimoniais. Queremos que o BNDES esteja basicamente voltado à criação de nova capacidade produtiva, redução de vulnerabilidade externa da economia e multiplicação de formas de inclusão social. Em relação à vulnerabilidade externa, é evidente que o BNDES tem que fazer um duplo movimento: apoiar a ampliação das exportações, sim, mas exportações com conteúdo tecnológico, de valor agregado.

**JE** – *Fala-se do BNDES como banco de fomento às exportações...*

**Lessa** – Na prática, ele se converteu num banco exportador, de financiamento à exportação. Na brincadeira





# O BNDES



Nos anos 50 – onde ele foi o grande instrumento para recuperar a infra-estrutura brasileira, converter a infra-estrutura de uma economia primário-exportadora numa infra-estrutura que desse suporte ao desenvolvimento industrial – foi a de banco de fomento da industrialização

interna, fala-se no *EximBNDES*, que tem em seu ativo alguns êxitos notáveis, de grande valor pedagógico. Por exemplo, a Embraer, que era até pouco tempo a empresa que mais gerava exportações no Brasil (agora foi superada pela Petrobras). É uma glória o país poder exportar jatos comerciais, que só têm quatro fabricantes no mundo: Canadá, com uma fábrica; França, com outra fábrica; os EUA, com uma fábrica; e o Brasil, com a sua. Ou seja, quatro empresas onde uma é brasileira. E a Embraer é produto de que? De uma parceria entre o público e o privado, mas onde o êxito é basicamente do setor público. Onde ela nasceu? Em São José dos Campos, em torno do ITA, com formação de quadros especialistas, engenheiros aeronáuticos que montavam pequenos aviões em galpões. Uma empresa que foi apoiada pelo regime militar, inclusive, pensando em aviões de treinamento militar, avançou propondo uma série de grandes aeronaves civis, ganhou força com modelos de turbo hélice e deu salto para o jato. O BNDES foi um parceiro fundamental porque o mercado mundial de jatos é um mercado onde a Embraer descobriu o nicho dos jatos regionais, aviões de porte um pouco menor, mas cada um custando US\$ 30 milhões a US\$ 40 milhões, vendidos a 14 anos de prazo. Ou era o BNDES bancando um pedaço muito grande das vendas da Embraer ou ela não teria podido prosperar. Ou era o BNDES bancando as novas famílias de jato ou ela não teria desenvolvido novas famílias de jatos. O que a Embraer demonstra? Que o país constrói vantagens comparativas relativas. Quer dizer, soja nós exportamos porque temos 300 dias de sol,

muita terra e dispomos da soja tropicalizada, que dá duas safras no ano. Vantagens comparativas absolutas. Mas avião a jato, não. É produto de que? De uma decisão do Estado de ocupar esse pedaço no mercado mundial. Da mesma maneira que ocupamos isso, podemos ocupar com embarcação *offshore*, com ônibus, aliás, somos já exportadores importantes de equipamentos de transportes coletivos, podemos ocupar uma posição importantíssima em certas classes de máquinas, produtos químicos sofisticados. O Brasil tem condições de diversificar muito a sua pauta de exportação, com muita solidez. São segmentos tecnologicamente dominados pelos brasileiros, temos mão de obra qualificada para tocar isso e precisamos de que? De uma organização financeira que permita que muitas Embraer surjam no Brasil. Então, o BNDES quer apoiar exportação, sim, mas exportação de produtos de conteúdo tecnológico, de valor agregado.

**JE** – *Fala-se de integrar a pequena e média empresa nas exportações.*

**Lessa** – Nós queremos que a pequena e média empresa entrem neste jogo – e para isso nós temos que montar plataforma de exportação com essas pequenas empresas, temos que reconstituir cadeias produtivas. Vou contar uma coisa: há dois anos e meio que o BNDES financia máquinas e equipamentos agrícolas. Por trás disso, está a expansão espetacular de grãos. Porém, o que o pessoal não está percebendo é que o Brasil já virou um exportador de máquinas e equipamentos agrícolas para os países da América do Sul, o que já é uma beleza. Outro dia, o presidente da República recebeu o presidente da Colômbia,

cuja principal solicitação eram tratores e máquinas agrícolas. O embaixador de Cuba quer que o Brasil financie ônibus, para o seu turismo, e provavelmente vamos financiar equipamentos para ajudar Cuba. Ou seja, o Brasil tem todas as condições para ampliar muito as exportações e, obviamente, nos interessa ampliá-las na América do Sul, fortalecendo as relações com os países sul-americanos. Esta é uma perspectiva clara do presidente da República, que o BNDES está cumprindo. Já fizemos um acordo com a Cooperação Andina de Fomento e vamos co-financiar projetos de importância para a integração sul-americana. Neste caminho, o BNDES já está crescendo 30% das operações de financiamento à exportação nestes cento e poucos dias. Exportações com estes conteúdos de valor agregado.

**JE** – *Mas só a América do Sul não basta e o Brasil tem que abrir outros mercados, fora do eixo Europa/EUA, não?*

**Lessa** – Eu diria que o Itamaraty e todo o Governo da República está fazendo uma série de grandes esforços para ampliar o que você chamou de outros mercados: Rússia, China, Índia, para citar os grandes e, obviamente, o BNDES estará apoiando. Porém, a sensação que eu tenho é que grandes mercados que estão à nossa disposição para variadíssimos produtos industriais estão aqui na nossa vizinhança. Tem coisas, por exemplo, que tem muito valor agregado e tecnologia não muito sofisticada que se colocam para o Brasil com um potencial enorme, como confecções. Mercado mundial está deixando de comprar tecidos e comprando cada vez mais confecções. É ridícula a participação brasileira no mercado mundial de confecções. Aliás, importamos mais confecções do que exportamos. Evidente que este país tem tudo para ser um grande exportador de confecções. Tem tudo em que sentido? Tem talento de desenhistas, qualidade de fibras vegetais e artificiais, tem mão-de-obra disponível abundante para mobilizar nessa atividade. Preciso ainda dizer algo ligado à exportação. Há um indicador que dá a eficiência logística do país, que são gastos

Foi um erro admitir que a questão social seria resolvida como resultante do desenvolvimento das forças produtivas. A história brasileira demonstrou à sociedade que o desenvolvimento das forças produtivas é condição necessária, mas não suficiente para a inclusão social

logísticos sob PIB. O nosso é 17%, EUA 10%, Europa, em média, 11%. Sabe o que isto significa? Que a grande componente de custos para o Brasil é logística. Por que? Nós não somos competitivos em uma grande variedade de produtos industriais porque a nossa logística é muito cara: interligações entre transportes, energia e comunicações. A competitividade hoje depende muito do *just in time*. Hoje, praticamente, se constrói idealmente um fluxo contínuo de deslocamento das mercadorias. Interessa o que, então? Portos em que a operação portuária seja extremamente eficiente, ferrovias que transportem de forma articulada para os portos, rodovias articuladas, isso tudo é uma infraestrutura logística que tem, por definição, um espraiamento nacional. E nós estamos cheios de problemas. Para se ter uma idéia, a fila de caminhões para embarcar soja, hoje, no Porto de Paranaguá começa em Curitiba. Nossos portos operam com muitas dificuldades. Quem está operando muito bem é Sepetiba, mas falta ligação ferroviária adequada, falta rodovia. Nossas ferrovias estão tão atrasadas que não têm uma gôndola para transportar contêineres.

**JE** – *O gargalo maior estaria, então, na área de transporte e não em energia, que se o país começar a crescer poderá dar problema?*

**Lessa** – Se o país começar a crescer, sim, vamos ter problema de energia. Mas nesse momento eu diria que o problema principal é transporte.

**JE** – *Mas a Vale do Rio Doce não está investindo pesado em logística?*

**Lessa** – A Vale é uma empresa logística. Se ela começar a operar com carga geral vai ser uma maravilha para o país. Mas ela ainda não está nessa. Tudo o que eu gostaria de ouvir é a Vale do Rio Doce disputando de vez o transporte de carga geral, de contêineres.

**JE** – *Mas ela colocou no foco do seu negócio a logística. Não está convincente esta disposição?*

**Lessa** – Não, pelo seguinte: pergunta à Vale se ela vai continuar em Sepetiba, por exemplo, ou se ela está disposta a colocar o terceiro trilho no sistema ferroviário, ou se está disposta a investir nos 43 quilômetros de ferrovia que faltam para fazer o anel ferroviário na Grande São Paulo. Acho que a Vale tende a ser uma empresa logística, mas ela também é uma imensa mineradora, também é uma empresa de papel e celulose. O que eu queria é que ela fosse cada vez mais logística. Há uma preocupação muito gran-

de com infra-estrutura, isto é, com logística. O problema é que precisam existir os protagonistas que venham nos tomar empréstimos, porque o setor público está limitado pelo contingenciamento. No setor rodoviário, tem as estradas que foram privatizadas e o BNDES vem financiando, mas financia o que? Aperfeiçoamento e melhoria. Ainda não vi nenhum pedido de financiamento para fazer uma nova estrada. Este é o problema. Não temos nenhuma preferência manifesta por nenhum protagonista. Bom projeto, com empresa séria, em princípio é recebido aqui com tapete vermelho. Faltam bons projetos na área de infra-estrutura.

**JE** – *Voltando à atuação do banco na indústria...*

**Lessa** – Voltando à indústria, acho que a própria indústria vai precisar que a infra-estrutura seja destravada. A própria indústria, se retomar com força os investimen-



O Brasil domina tecnologia de amplos segmentos da indústria do petróleo e temos um mercado, pois estamos nos convertendo, lentamente, em um país petroleiro. O BNDES quer apostar nessa linha

tos, vai esbarrar no problema de energia. Além disso, existem áreas da indústria em que o Brasil está se aproximando da plena utilização da capacidade. Isso é muito visível, por exemplo, em papel e celulose; começa a se tornar visível em petroquímica e há indicações de que em siderurgia também. O que significa isso? Que para o Brasil manter o abastecimento interno e as exportações tem que voltar a investir. Claro que se o Brasil crescer, um pedaço do excedente exportável começará a ser jogado para dentro, mas aí reduz o saldo comercial. Então, na perspectiva do BNDES, esses setores são de grande prioridade, quer pelo papel de suporte que dão à produção industrial interna, quer pelo elemento de preservação das posições já conquistadas no comércio internacional. O paradigma disso é papel e celulose, ao qual se agrega agora a madeira, que aparece como um produto de imensa potencialidade, não a madeira extraída da mata nativa, mas a madeira da floresta industrial, trabalhada por desidratação, porque o cupim não come eucalipto desidratado. Uma outra coisa que é óbvia é o seguinte: tem setores em que o Brasil, com muita facilidade, reconstrói as cadeias produtivas.

**JE** – *Quais, por exemplo?*

**Lessa** – Um exemplo por excelência é a construção naval, que estava quase moribunda. Chegamos e simplesmente acionamos os projetos que já estavam em carteira, e já aprovamos 12 embarcações de porte médio. Estaremos liberando, dentro em pouco, mais quatro petroleiros grandes e a indústria da construção naval renasceu. Isto tem todo um encadeamento produtivo, toda uma vasta cadeia produtiva que vai renascer. Diria que em construção naval e plataforma de petróleo estamos fazendo uma revitalização da cadeia metal-mecânica. Outro exemplo é a cadeia produtiva do petróleo, que é absolutamente fantástica, pela variedade de segmentos industriais que são acionados e pela qualidade industrial que tem essa cadeia, que é de alto desempenho. O Brasil domina tecnologia de amplos segmentos da indústria do petróleo e temos um mercado, pois estamos nos con-

vertendo, lentamente, em um país petroleiro. O BNDES quer apostar nessa linha. Acho, por exemplo, que o Brasil pode vir a ser um grande exportador de tudo aquilo ligado a petróleo *off shore*: embarcação, engenharia, construção das âncoras e das torres de sustentação. Temos, inclusive, o Laboratório Oceânico, na Ilha do Fundão, para testar modelos. Já ganhamos prêmios internacionais e esse é um mercado que está crescendo no mundo. Só no Atlântico Sul (Nigéria, São Tomé e Príncipe) estão se desenvolvendo campos de águas profundas, como também no Caribe. Na porta de nossa casa. Sei, por exemplo, que Angola quer as universidades brasileiras treinando angolanos, é o mesmo idioma, e criar uma zona de extensão de projetos “brasil-angolanos”. Há empreiteiras brasileiras atuando em Angola com muito êxito, a Petrobras tem lá concessões na plataforma continental, que vai ser uma das regiões importantes para a produção de petróleo. Estamos também na Nigéria. Vejam bem: desenvolvimento é projeto nacional. E o projeto nacional brasileiro tem uma componente que é introspectiva e tem uma componente que é extrovertida. O BNDES tem que costurar essas duas componentes.

# Políticas industriais e inclusão social

Temos, hoje, 50% da população brasileira concentrada em cidades muito grandes, que exigem sistemas de abastecimento sofisticados para que não falte a proteína. Se o BNDES não se preocupar com isso, frustra a política por um problema de suprimento

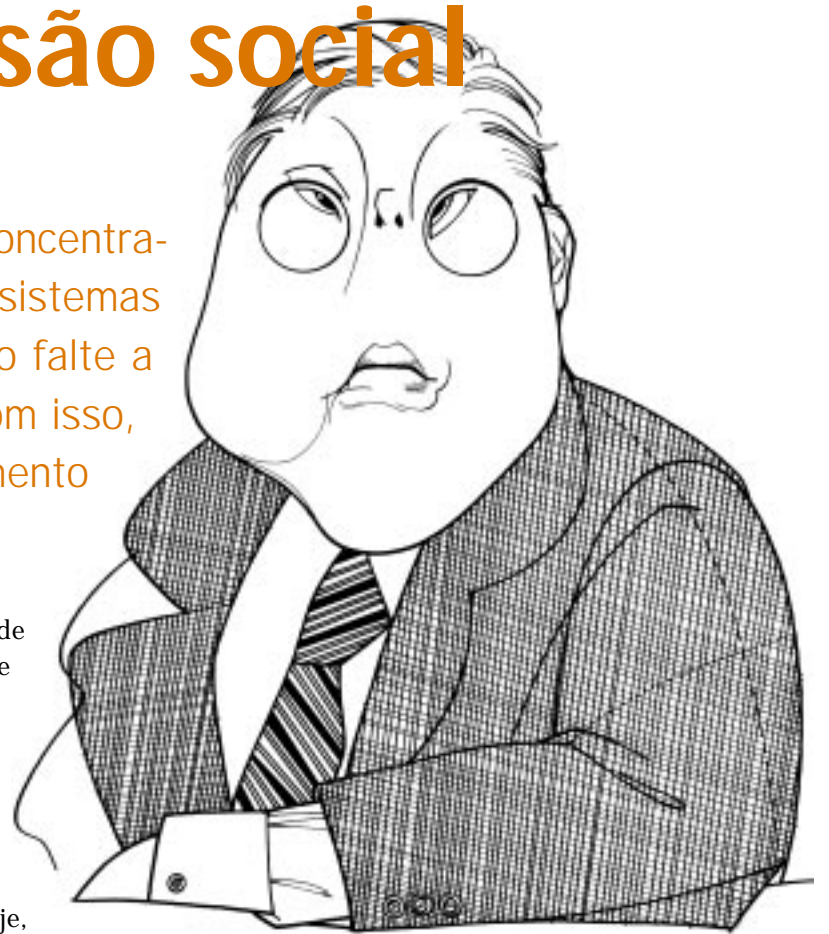
**JE** – Como o BNDES planeja a inclusão social?

**Lessa** – Pensamos a inclusão social em dois domínios, que são missões do BNDES. Não é missão do BNDES executar políticas de educação, saúde, de moradia ou política de alimentação. A missão do BNDES em relação a todas essas políticas é: garantir que não haverá restrição pelo lado da oferta, que essas políticas não se frustrarão por problemas ligados à oferta. Um exemplo: o Fome Zero, que significa 50 milhões de pessoas que terão alimentação adequada. O adequado, basicamente, é proteína, pois o que falta para as pessoas que têm fome são os protéicos. Quais proteínas? Soja, feijões, etc., ou então as proteínas brancas – frango, ovos, peixe, leite, laticínios – ou as vermelhas, carne de boi. As proteínas exigem estruturas sofisticadas, quer para a produção quer para o transporte. Por exemplo, todas as proteínas brancas precisam de frio. Podemos ampliar muito a pesca ou a criação de peixe. O BNDES está muito interessado nisso porque tem ligações com a construção naval, temos um eixo importante com os camarões – estamos exportando quase US\$ 200 milhões em camarões, projetos que foram financiados pelo BNDES, que conhece bem esse segmento da cultura de camarões. Estamos também muito interessa-

dos em estudar peixe de água doce e o peixe exige frio. Não se terá uma grande indústria de pesca se não houver uma grande indústria de frio associada, frota para transportar os alimentos, etc. Temos, hoje, 50% da população brasileira concentrada em cidades muito grandes, que exigem sistemas de abastecimento sofisticados para que não falte a proteína. Se o BNDES não se preocupar com isso, frustra a política por um problema de suprimento.

**JE** – E o país bate sucessivos recordes de safra...

**Lessa** – O crescimento da produção de grãos é um dado muito positivo, mas exige novas indústrias de processamento de grãos. Por exemplo, no Piauí e no Maranhão cresceu muito a produção de soja e o BNDES deve estar pronto para apoiar projeto de esmagamento de grãos lá, pois vai dar sobra de farelo de soja e isso reconstrói a cadeia de produção de proteínas, para fazer ração. Então, o Nordeste poderá passar a ter produção de proteína, a partir do grão que se desenvolveu na Amazônia Meridional, numa zona de transição entre a Amazônia e o



Nordeste. O BNDES tem que estudar esses sistemas porque aí vem toda a indústria de alimentos, especialmente as proteínas, vêm máquinas agrícolas, de fertilizantes, caminhões estradeiros de transporte, etc. Estamos também preocupadíssimos com a questão dos fármacos, das vacinas, dos hemoderivados, material cirúrgico, próteses. Estamos gastando uma fortuna de importações e se a política de saúde ampliar a cobertura teremos problemas sérios de abastecimento e suprimento. Vamos fazer um seminário para estudar isso em profundidade, pois há, inclusive, importantes inovações tecnológicas que estão acontecendo. Mas, em termos prosaicos, o Brasil está importando luvas cirúrgicas e preservativos. Material para fazer isso é o látex, e o governo do Acre quer estimular uma fábrica desses produtos lá, e nós estamos dando toda força porque é mercado de alto valor específico, onde



o frete pesa muito pouco. Então, fazer isso lá é altamente competitivo. A última dimensão da política social – já que a primeira é dar suporte para que não haja problemas de oferta em segmentos relevantes – é: em quais temas nós somos decisivos para a qualidade da vida social? Escolhemos dois para atuar diretamente: eletrificação rural, que considero a mais importante de todas as transformações de inclusão social para o homem do campo, pois você o retira do século 18 e o põe na modernidade, quando ele acessa a energia; e, na cidade, grandes sistemas de transporte coletivo urbano, porque a tragédia urbana é o tempo de deslocamento residência/trabalho. Isso é fundamental e é tarefa que ou o BNDES enfrenta ou mais ninguém o fará. Isto é coisa nossa. Para nós, então, terá altíssima prioridade. O ministério das Cidades está inteiramente afinado nessa perspectiva no âmbito urbano, das metrópoles, principalmente, os sistemas de transportes. E, no campo, abrir caminho para a eletrificação rural. Estes dois são temas que não são de políticas públicas externas ao BNDES. São temas em que o BNDES é o ator decisivo.

**JE** – *Uma última pergunta: as idéias são ótimas, mas em que medida o corpo técnico e as estruturas operacionais do banco estão, hoje, adaptadas para esta inflexão?*

**Lessa** – Nós reformamos radicalmente a organização que encontramos aqui, o organograma do banco e os padrões operacionais. Conseguimos fazer esta reforma em cinco semanas, sem gastar um tostão, e o banco já foi reconfigurado para enfrentar essas tarefas, mais as ta-



Há uma preocupação muito grande com infra-estrutura, isto é, com logística. O problema é que precisam existir os protagonistas que venham nos tomar empréstimos (...). Bom projeto, com empresa séria, em princípio é recebido aqui com tapete vermelho. Faltam bons projetos na área de infra-estrutura

refas clássicas, como apoio à pequena e média empresa e todos os demais domínios. Com respeito à cultura do desenvolvimento, eu diria que o pessoal de cabelos brancos tem essa cultura. É só convocar que eles vêm. Agora, a juventude do banco vai muito pela liderança desse pessoal que tem experiência. O banco é uma burocracia de qualidade, é uma instituição pública do Estado nacional brasileiro, de grande tradição e qualidade, e se há coisa que o banco gosta de fazer é cuidar do desenvolvimento. Então, mãos à obra.

**JE** – *Mas pequena e média empresa não consegue empréstimo no banco?*

**Lessa** – Vou dizer uma coisa, que até pode parecer arrogante: todo financiamento da pequena e média empresa para investimento sai do BNDES. São 175 agentes, mas o que acontece na ponta da linha? Primeiro, muitas vezes o tomador nem sabe que o dinheiro é nosso. Em segundo lugar, na lógica da competição bancária, na ponta da linha são exigidas, muitas vezes, reciprocidades, uma porção de coisas, que é um dado muito ruim. Então, estamos tomando três providências a este respeito. A primeira é prosaica:

estamos começando a mandar cartas para todas as empresas operadas por nós, ou seja, o BNDES vai deixar de ser clandestino. Estamos mandando cartas de agradecimento e nesse tipo de carta vamos dizer o seguinte: reclamações, com o nosso ouvidor geral. Estamos instalando uma ouvidoria aqui dentro. Segunda providência: cartão BNDES. O que é isto? Temos um portal em que tudo que a gente financia pela Finame está lá, em catálogo, acesso eletrônico. E passaremos a dar um cartão rotativo de até R\$ 50 mil para a pequena empresa. O pequeno empresário compra um dos nossos itens, do portal, e passa a pagar o cartão em 12 parcelas, com juros de 2,17% ao mês. Nós eliminamos toda a intermediação. Quer ver outro dado: outro dia saiu daqui a Associação Brasileira dos Distribuidores de Pão. São 54 mil padarias e assinamos um convênio com eles, em Natal, e eu espero uns 5 mil ou 6 mil cartões em padarias. O que eles vão comprar? Máquinas, balanças, etc. A terceira coisa que iremos fazer é montar arranjos produtivos organizados (APO). Sabe o que é isto? São os *clusters*. Só mais uma coisa, para finalizar: a imprensa nos acusa de imobilismo e não consigo entender isto, pois, nesses cento e poucos dias, aprovamos 16% a mais de ampliação no crédito à pequena empresa e 30% a mais para exportações. O que caiu foram as consultas, mas essas independem do banco. Liberamos um pouco mais de recursos do que em igual período do ano passado, mas, no entanto, batem na gente sem parar. ■

Queremos que o BNDES esteja basicamente voltado à criação de nova capacidade produtiva, redução da vulnerabilidade externa da economia e multiplicação de formas de inclusão social. (...) Apoiar a ampliação das exportações, sim, mas exportações com conteúdo tecnológico, valor agregado



ARTIGO DO LEITOR Carlos Henrique Company Nicolau\*

# A guerra do Iraque

**A** guerra do Iraque emergiu da frustrada tentativa dos EUA, Inglaterra e países aliados, em solucionar o problema de demanda efetiva pela qual vem passando o capitalismo, em consequência da fracassada política econômica neoliberal e globalizada, ensaiada para conter a recessão na economia mundial da era Reagan e Thatcher.

aliados e do seu séquito de seguidores.

Os atentados de 11 de setembro de 2001, que atingiram as torres gêmeas de Nova Iorque e o Pentágono, matando mais de 2 mil pessoas, eram o que faltava para que a maior potência bélica do planeta colocasse em prática o seu plano expansionista.

A libertação do povo do Iraque da opressão do regime terrorista do ditador Saddam Hussein, que ascendeu ao poder sob as bênçãos dos EUA e da Inglaterra, para atender aos seus interesses econômicos e políticos, assim como a proteção a todo o Oriente Médio e às reservas petrolíferas da região, apesar de exercerem alguma influência não são, contudo, as causas principais desse conflito.

## A razão das armas

Desculpa semelhante foi usada na guerra do Golfo, que teve como pretexto a libertação do Kuwait das pretensões expansionistas do Iraque. Mas, àquela época, buscou-se inserir princípios capitalistas à região, presa a tradicionais preceitos religiosos, como também atender aos interesses da indústria bélica americana, quando bilhões de petrodólares foram gastos pela Arábia Saudita e pelo então país invadido.

O principal motivo da guerra é outro, além dos já

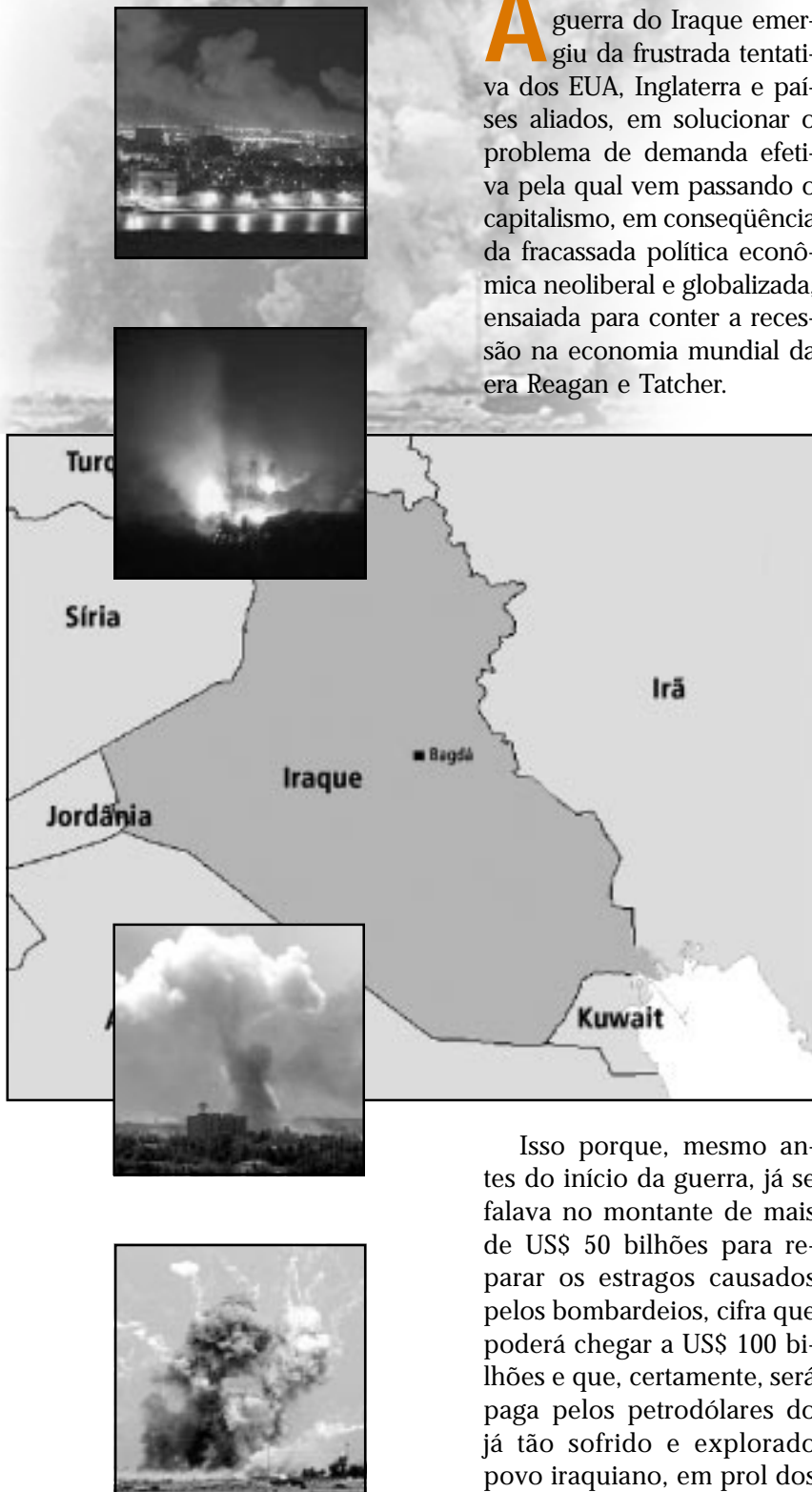
citados, que influem em menor proporção. A indústria bélica americana, que representa muitos e muitos bilhões de dólares para a economia do país, é, na sua quase totalidade, controlada pelo capital privado.

Com o fim da Guerra Fria, a extinção da antiga União Soviética e as aberturas políticas que culminaram com a queda de grandes regimes ditatoriais, este setor começou a operar com larga margem de capacidade ociosa, o que afetou sobremaneira toda a economia, sendo responsável pelas recessões vividas desde então, já que é sabido que uma crise em um setor de suma importância para os americanos, que sempre se intitularam os donos e guardiões do mundo, afeta tanto outros setores, criando uma verdadeira bola de neve.

Desde essa época, pressões têm recaído sobre os governos dos EUA para resolver em parte o problema gerando, direta ou indiretamente, conflitos pelo mundo, como hoje o bombardeio ao Iraque, tirando, inclusive, proveito de divergências étnicas e religiosas.

Finda essa guerra, calcula-se que inúmeros conflitos irão surgir em todo o Oriente Médio e, até mesmo, possivelmente em outras regiões, reacendendo ainda mais a ira terrorista pelo mundo. ■

\* Jornalista e economista



Isso porque, mesmo antes do início da guerra, já se falava no montante de mais de US\$ 50 bilhões para reparar os estragos causados pelos bombardeios, cifra que poderá chegar a US\$ 100 bilhões e que, certamente, será paga pelos petrodólares do já tão sofrido e explorado povo iraquiano, em prol dos

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

# Prefeitura empresta ao Estado: promoção às custas de recursos públicos

Prefeito opera como administrador de carteira, cobrando taxas altíssimas de juros, desrespeitando artigo da LRF e obtendo elevados lucros e dividendos políticos

O município do Rio possui duas propostas de transferência de recursos ao estado em estudo, ambas sem definições claras de elementos cruciais. A primeira proposta trata de um “empréstimo” a ser destinado para cobrir despesas correntes do estado, como o 13º salário dos servidores. Para garantir a operação, o estado transferiria ao município títulos de *royalties* a receber da Petrobrás, com data de vencimento para novembro/2003, tendo em contrapartida R\$ 191 milhões.

Apesar de garantir um direito inquestionável dos servidores, o empréstimo é definido como ilegal pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que, no artigo 62, veda empréstimos entre entes da Federação, mesmo com o uso de derivativos, como é o caso em questão. A sutileza deste empréstimo é que os recursos retornariam aos cofres no mesmo ano, caracterizando-os como extra-orçamentários e tornando desnecessária uma aprovação da Câmara Municipal.

A segunda proposta, referente à implantação de um convênio destinado à segurança pública, já foi enviada à Câmara – os

recursos são orçamentários, daí a necessidade de legislação normativa, mas nenhuma informação deste contrato foi divulgada, deixando elementos centrais nebulosos.

Primeiramente, a proposta de lei estabelece que o pacto será de até R\$100 milhões, dando margem para que o valor empregado varie entre R\$ 1 e R\$ 100 milhões. Ou seja, um crédito de valor incerto está sendo autorizado. Em segundo lugar, além de não especificar as fontes de recursos, a proposta explicita a intenção de não respeitar o artigo 8º da Lei Orçamentária Anual (LOA), que restringe cancelamentos de dotações de programas das Secretarias de Saúde e Educação.

A proposta também cria um novo programa de trabalho, relativo à construção de presídios, deixando transparecer que tal serviço seria efetuado pelo próprio município. Assim, ou os presídios seriam construídos no território municipal (onde?), ou os recursos da população carioca estariam sendo empregados fora da cidade, levantando dúvidas quanto à ausência de demandas não-atendidas no Rio de Janeiro.

Por último, a LRF determina que “os Municípios só contribuirão para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação se houver: I – autorização na Lei de Diretrizes Or-

çamentárias e na LOA; e, II – convênio (...) ou congêneres, conforme a sua legislação”. Contudo, nenhuma das duas condições foi atendida, já que o convênio não foi apresentado publicamente e as duas leis orçamentárias não mencionam tal acordo.

As duas transferências presupõem, no entanto, para serem efetuadas, a existência de uma grande disponibilidade de caixa da prefeitura – uma vez que as receitas orçamentárias são a contrapartida de despesas programadas. Para isso, a prefeitura executou os orçamentos de 2001/2 de forma a mais do que dobrar o superávit de R\$ 945 milhões deixados em 2000, segurando as despesas em diversos setores, como na Secretaria de Desenvolvimento Social (ver *JE* março).

Esse fato evidencia um descaso do prefeito com os recursos públicos e com as necessidades e conseqüências de seu uso. Sobressai apenas a extrema fidelidade à LRF, mantendo não só a divinizada responsabilidade fiscal, como gerando “lucros” – os superávits. Mais do que isso, a simples proposta de “ajuda” do prefeito sinaliza que a disponibilidade não será utilizada por um bom tempo no município – no caso do empréstimo, o dinheiro só retornaria aos cofres no final do ano; já no convênio, não há previsão de retorno. ■

## O administrador de carteira

Confirmando sua visão empresarial, o prefeito está embutindo juros de 17% pelo período de sete meses (entre o fim de abril a novembro, quando o estado deverá pagar R\$ 230 milhões). Em termos anuais, equivale a uma taxa de 30%, 3,5 p.p. acima da Selic atual.

Essa postura de administrador de carteira faz dos recursos públicos meios para gerar lucros – à revelia da complicada situação financeira do estado – e não benefícios sociais. Se o prefeito está tão preocupado com o pagamento do 13º, por que não emprestar a uma taxa igual à inflação, garantindo a manutenção do valor dos recursos?

Embora o prefeito esteja utilizando verba pública para projetar-se como administrador, a situação do município é bem diferente. A disponibilidade de caixa é indicador apenas da situação financeira. Para visão mais completa, é necessário relevar também a estrutura patrimonial. Nesse caso, o município encontra-se altamente deficitário. Possui um superávit acumulado de R\$ 2 bilhões para liquidar dívidas de R\$ 6,6 bi. O agravante é a ausência de contrapartida à diferença de R\$ 4,6 bilhões em benefícios sociais à população carioca, sejam sob a forma de investimentos, obras ou serviços.

A política de contenção de gastos, aliada aos “socorros financeiros” ao estado, mostra-se, assim, inconsistente com a má situação econômica. O auxílio é prestado por haver disponibilidade em caixa e não sobra de recursos – na realidade, o déficit econômico revela a falta deles. E não há qualquer sentimento de solidariedade ou interesse no bem comum por trás das propostas, mas apenas o interesse político de autopromoção, utilizando verba pública como instrumento.

As matérias desta página são de responsabilidade da equipe técnica do Corecon-RJ, de apoio ao Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro. Equipe técnica: Luiz Mario Behnken, coordenador, e Eduardo Kaplan - Estagiários: Mariana Filgueiras e Ricardo Monteiro

CORECON: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20054-900 - Tel.: (21) 2232-8178 - Fax.: (21) 2509-8121

Correio eletrônico: fporj@bol.com.br - Portal: www.corecon-rj.org.br - www.fporj.blogspot.com.br

As reuniões do Fórum são abertas: todas as quintas-feiras, às 18h, na sede do CORECON-RJ



# Boletim de Economia é relançado no Corecon

Com a presença de grande número de economistas, autoridades, pesquisadores, estatísticos e estudantes foi relançado, no mês passado, no auditório do Corecon-RJ, o Boletim de Economia Fluminense, publicação editada em parceria pela Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (Cide), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo e Universidade Federal Fluminense (UFF).

Com 20 páginas, o Boletim traz inúmeras informações e dados estatísticos a respeito da economia do Rio de Janeiro, inclusive, tabelas e indicadores sobre o Produto Interno Bruto (PIB) de cada município fluminense. Esta edição, a décima primeira do órgão, homenageia o falecido jornalista Barbosa Lima Sobrinho e contém artigos dos Secretários Estaduais de Desenvolvimento Econômico, Tito Ryff, e de Energia, Indústria Naval e Petróleo, Wagner Victor, e de especialistas da área econômica.

Com uma edição virtual em CD, além da imprensa, o Boletim de Economia Fluminense pode também ser acessado via internet, através da página [www.cide.rj.gov.br](http://www.cide.rj.gov.br). ■



Com auditório lotado, o Boletim de Economia Fluminense foi lançado em abril. Na mesa, as presenças do coordenador geral do Sindicato dos Economistas, Paulo Passarinho, do presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa (Faperj), Epitácio Brunet, do Secretário Wagner Victor, do presidente do Corecon-RJ, Sidney Pascotto, e do presidente da Cide, Ranulfo Vidigal.



O Corecon-RJ, desde o segundo semestre de 2001, firmou parceria com **160 empresas**, oferecendo promoções e vantagens especiais para os profissionais registrados regularmente no Conselho.

### Quem tem direito

- Os **economistas** e seus dependentes.
- O **estudante** de economia **credenciado**. Os credenciamentos são feitos no Conselho a partir do primeiro período, bastando o aluno trazer o comprovante da matrícula e dois retratos. A carteirinha serve também para pagar meio ingresso nos eventos culturais da cidade.

Um destaque nas ofertas do Clube de Economia é o CEL – Centro Educacional da Lagoa, que oferece descontos aos **netos** dos economistas. ■

Visite o site: [www.corecon-rj.org.br](http://www.corecon-rj.org.br) e conheça todas as ofertas do Clube de Economia.

### Veja o resumo de convênios:

Quant.	Categoria
5	Ginástica e natação
3	Automóveis
6	Casa e Decoração
5	Cultura e Entretenimento
4	Design Gráfico e Diagramação
18	Editores e Livrarias
18	Creches e Escolas
9	Cursos de Idioma
3	Cursos de Pós-graduação
10	Centros Universitários
3	Farmácias de manipulação
7	Jornais e Revistas
6	Restaurantes
5	Saúde – Psicoterapia
4	Saúde – Fisioterapia
31	Hotéis e pousadas

## Comunicado do IERJ

Comunicamos que a gestão do IERJ, cujo mandato expirou em 31/12/2002, liquidou todas as dívidas do Instituto. Estas montavam aproximadamente R\$ 7.000,00 e os recursos mobilizados, também em valores aproximados, foram:

Dinheiro em caixa	R\$ 2 154,00
Contribuições	R\$ 2 190,00
Venda de patrimônio	R\$ 2 656,00

Os valores exatos encontram-se à disposição dos interessados.

Rio, 10 de abril de 2003  
Cláudio Leopoldo Salm